

## Fragilidades de uma sociedade: em busca de um eu não perdido, ou os entraves do desenvolvimento nacional

Dacier de Barros e Silva – UFPE

### RESUMO

Este artigo versa sobre o caráter predominantemente tradicional que alicerça a cultura nacional em seu sentido mais amplo. Assim, os fundamentos ideológicos que plasmam, no contemporâneo, as ações políticas, econômicas e sociais independentemente da orientação – esquerda ou direita – por estarem assentados na racionalidade tradicional refletem essa razão histórica. O conteúdo das linguagens, dos bens simbólicos e das representações construídas, eruditas ou populares, são um ambiente propício para o entendimento de tal lógica. Partindo desse pressuposto resgatam-se alguns exemplos da literatura, dos discursos e ações políticas contemporâneos como um campo empírico para discussão e entendimento da questão.

Palavras-chave: Tradição. Modernidade. Racionalidade. Ideologia. Representações.

### ABSTRACT

This article is about the predominantly traditional character that consolidates the national culture in a broader sense. Therefore, the ideological foundations that shape, in contemporary times, the social, economic, and political actions independently of the orientation – left or right – by being settled in the traditional rationality reflect that historical reason. The content of the languages, of the symbolic property and of the built representations, scholarly or popular, are a favorable environment for the understanding of such logic. Starting from that assumption, it is rescued some examples of the literature, of the talks and contemporary political actions as an empirical field for the argument and understanding of the question.

Keywords: Tradition. Modernity. Rationality. Ideology. Representations.

Os bens ideológicos expressos no conjunto de valores que dão sentido aos modelos de comportamentos da vida em sociedade, modelos esses assentados nos ambientes que aferem consistência

às identidades social e individual, envolvem todo o acervo das tradições culturais. Esses bens contêm imagens, – referências universais da sociedade – e passam a ser expressões psíquicas do inconsciente coletivo e assim servem de inspiração para a construção dos arquétipos estabelecidos nas sociedades. Interpretados através das linguagens e transmitidos culturalmente, arquitetam a modelagem do homem socialmente integrado, ou seja, o mundo real. Compreendemos ser esta uma definição-síntese do conceito construído e denominado por Habermas de *Lebenswelt* (mundo da vida).

Tal realidade, ou seja, esse mundo real, é fruto de uma construção histórica na qual todo e qualquer produto do trabalho, como instrumentos de produção, bens de consumo tangíveis ou intangíveis e mesmo os bens simbólicos que endossam a aceitação ou a rejeição dos valores em sociedade, sintetizam esse mundo real. No entanto, ao contrário dos produtos ideológicos, os bens tangíveis refletem outra realidade exterior; possuem uma significação que remete a algo situado fora de si mesmo. O produto do trabalho humano, enquanto razão intrínseca e expressão exclusiva de sua natureza, por si mesmo, não significa nada além daquilo que o faz coincidir com a sua própria singularidade exteriorizada no valor de uso, mas, se transformado em imagem signo, de qualquer ordem, já é um produto ideológico construído e re-significado.

Além disso, a fenomenologia ontológica, sob o pretexto da finitude, da temporalidade e da historicidade, rouba da razão os seus atributos clássicos: a consciência transcendental deve concretizar-se na prática do mundo da vida, adquirir carne e sangue em encarnações históricas. E a fenomenologia, orientada antropológicamente, acrescenta como meios de incorporação o corpo, a ação e a linguagem (HABERMAS, 2000, p. 15).

Esse fenômeno torna possível a re-significação plena do ser social, reificado ontologicamente em sua razão histórica. Instrumentos de trabalho como a foice e o martelo, por exemplo, no nascimento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) deixaram de possuir sentido em si para se converterem em função de poder enquanto signo-ideológico. Essa função representativa do símbolo estava assentada na apologética sublimação do ideal de trabalho proletário enquanto construtor de um pretense mundo igualitário. Essa igualdade momentaneamente moldada às circunstâncias, no entanto, deixou de perceber as diferentes representações ideológicas do próprio valor trabalho. E a própria representação ideológica dos meios de indução do mais valor ficou simbolicamente frágil, uma vez que os tradicionais meios de produção assumiram, no curso histórico, expressões predominantes de sentidos no mundo da vida. No caso, o valor trabalho, interiorizado no inconsciente coletivo e simbolicamente sintetizado pelos intelectuais daquele movimento, estava, desde a sua gênese ideológica, orientadora de

sentidos, assentado pragmaticamente na tradição. Essa imagem edificada do trabalho social produtivo foi um dos fatores predominantemente usado no “consciente discurso ideológico” como um fator de engajamento na construção da nova ordem. Singularmente nesse aspecto, o curso histórico mostrou a fragilidade do arcabouço ideológico orientador da proposta de desenvolvimento do Estado Socialista Soviético. Em busca do convencimento e da adesão coletiva, edificaram símbolos oriundos do trabalho manual. A foice e o martelo, originalmente associados ao camponês e ao operário ainda em formação, possibilitaram acender o fervor revolucionário, mas não foram capazes de simbolicamente re-significar o trabalho reificado em sua natureza urbana e tecnológica, com as suas respectivas exigências racionais modernas, sobretudo diante das próprias exigências do socialismo marxista.

Um símbolo, em si, pode transitar por diversas naturezas de representações. A cruz suástica, que era a referência sublime de uma antiga crença religiosa asiática, transmuda-se em representação de uma vaidade política nacional de uma época, para em seguida, transformar-se na configuração de um mal universal. Os exemplos poderiam se multiplicar em uma larga escala de infinitas re-significações, mas, sem dúvidas, todas foram construídas a partir das induções culturais de cada sociedade, plenas da aceitação dos indivíduos sociais.

Exemplos de produtos de consumo transformados em signos ideológicos, promotores de comportamentos coletivos e, inversamente, signos se transformarem em produtos de uso, podem ser encontrados sem dificuldades. O pão e o vinho tornaram-se símbolos religiosos no sacramento cristão da comunhão e, inversamente, a própria imagem de Cristo, mercantilmente, se transformou em objeto de uso caracterizado de *popstar*, impressa nas camisas dos jovens, nas noites dançantes das urbes, identificando-os como modernos e nunca, porém, como iconoclastas.

Em nossa sociedade de consumo a marca, ou a logomarca, não só é um distintivo, mas imagem de significado ideológico à qual ela se associa. Portanto, ao lado dos fenômenos naturais, dos bens tecnológicos de capital ou de consumo, existe um universo particular pleno de sentidos, alheio a sua natureza interior. Assim, todas as coisas naturais ou elaboradas, produtos tecnológicos de qualquer ordem de consumo ou não, podem se tornar signo, ou seja, identidade representativa e adquirir um sentido que ultrapasse sua própria particularidade, sem perder, no entanto, sua própria demarcação como objeto ou coisa. Esses signos, porém, por serem frutos da racionalidade cultural são, por consequência, indutores da natureza dos comportamentos, na esfera pública, dos indivíduos. Na instância dessa esfera podem-se resgatar a tradição para alicerçar os valores impregnados de reminiscências alheias às exigências da contemporaneidade ou, a partir de novas roupagens de significantes, tomarem novos sentidos ou ambientes virtuais de comportamentos intrínsecos ao espírito da superação, transformando-se em agentes indutores da “destruição construtiva”.

Para entender os alicerces dessas singularidades no mundo contemporâneo, teóricos como J. Habermas, S. Connor, F. Jameson, M. Bahktin buscam discutir a existência de uma confrontação na evolução de valores, pobres de sentidos, mas senhores de um poderoso significado ideológico que emoldura o ambiente da aceitação dos signos nas sociedades. Esses signos sinteticamente modelados exteriorizam em seu leito histórico os valores das ações práticas dos indivíduos coletivos até às máximas conseqüências. Quer sejam produtos mercantis tangíveis ou sublimações das subjetividades individuais, progredindo ou regredindo em direção a uma estética moderna de consumo, só refletem ou refratam suas formas insaciáveis de produção cultural voltada para o consumo.

Steven Connor em sua obra *Cultura Pós-moderna* (1996) faz alusão a uma abstração, construída por Jean Baudrillard, com o intuito de abordar a razão como fundamento empírico da própria história: *“Le Miroir de la production, ou l’illusion du matérialisme historique”*. Nesta metáfora, encontram-se contribuições que se referem aos diversos estágios históricos da genealogia do mercado e de seus elementos básicos identificadores, já apontados por Marx em sua teoria da metamorfose da mercadoria ou o valor de troca, na forma de agência indutora das diversas fases do desenvolvimento do espírito humano. Vale, no entanto, citar que o intuito de Connor é apontar a polêmica inovadora construída naquela metáfora sobre a teoria de Marx.

Mas nesse mesmo ambiente filosófico, Marx e Engels, em seu Manifesto Comunista de 1848, tecem extraordinários elogios à fase do desenvolvimento da produção industrial, quando tudo é mercadoria a ser vendida ou trocada no mercado, porque dela advêm os impulsos do progresso material. Advertem, porém, para os grilhões que essa base material está construindo para o espírito humano. Max Weber, em um momento de contemplação ou provavelmente angústia, não muito distante de Marx, compreendeu o significado dessa “racionalidade” que se instalava com vigor, porém, como expressão de uma problemática do mundo moderno. “O destino do nosso tempo é caracterizado pela racionalização e intelectualização e, acima de tudo, pelo ‘desencantamento do mundo’. Precisamente os valores últimos e mais sublimes retiraram-se da vida pública” (WEBER apud GERTH; MILLS, 1971, p. 182).

Nos seus estudos inconclusos sobre a teoria da subsunção, Marx tentou formular dois modelos possíveis da existência desse fenômeno nas relações sociais: a subsunção formal e a real. Tempos mais tarde, G. Lukacs (1982) e C. Napoleoni (1980) aprofundaram os estudos dessa teoria, apontando a sua plenitude de desenvolvimento, no momento em que as qualidades sensitivas abstratas, como amor, bondade, ódio, paixão, sentimentos em geral, bem como as expressões artísticas e o próprio conhecimento, anteriormente imunes às operações de compra e venda, entram no domínio do valor de troca. A alusão de Marx sobre a “corrupção geral” e a de Weber sobre “os valores últimos e mais sublimes desaparecerem da vida pública” referem-se à penetração da lógica mercantil no domínio dos valores íntimos

do espírito humano e da cultura, a qual equivale ao capitalismo centrado na efemeridade e na lógica da Indústria Cultural, respectivamente estudados por Adorno/Horkheimer e F. Jameson.

Os valores culturais do capitalismo, subordinados a essa lógica, permeiam toda a rede de forças naturais, sociais, culturais, todas as linguagens e códigos do ser moderno.

É justamente nesse aspecto que as idéias do homem em sociedade transmutam a natureza das produções tangíveis e, como todo corpo físico, passam a fazer parte da realidade social. Uma vez transformadas em produtos de consumo, refletem outra realidade exterior, assim a cultura não só plasma as formas de produção social, mas viabiliza a submissão e a exploração. Historicamente, são essas singularidades que dão sentido ao homem em sociedade, aflorando em suas identidades particulares, identificadoras de cada época, em cada cultura ou povo o ambiente encarnado e esculpido, por conseguinte, um universo empírico de estudos.

Os estruturalistas radicais da França dos anos 1960, tentando diagnosticar a vida contemporânea, entenderam como uma nova razão social a “sociedade do espetáculo”. Para eles, o produto material era, antes de tudo, apenas imagem. Para Baudrillard e Bourdieu, por exemplo, a atividade econômica estava subordinada à cultura, afirmando que a explosão e aceleração de mercadorias culturais, imagens sociais ou signos, produzem uma “economia política do signo”, a “operacionalização geral do significante”. O significado foi abolido para o único proveito do jogo de significantes, numa forma generalizada na qual o código já não se refere a nenhuma “realidade” subjetiva ou objetiva, mas a sua própria razão.

Dotado de uma respeitável lógica, esse pensamento não pode prescindir da indispensável necessidade de se zelar pela associação dele às particularidades históricas de cada cultura ou de cada povo. Nesse aspecto, o importante é tomá-lo como parâmetro conceitual, resgatando, porém, os valores abstratos que dão sentido à ordem competitiva de cada sociedade.

Assim, hoje não se exige que os signos tenham contato verificável universal com o mundo que supostamente representam. Eles se avizinham apenas de uma simulação do particular. No entanto, os signos, enquanto sínteses vivas das abstrações ideológicas, não só fazem parte de uma realidade, senão refletem e refratam uma outra realidade, podendo distorcer, ser fieis ou apreendê-la, estando, assim, sujeitos a critérios de avaliação ideológica os quais estão providos das dimensões históricas de cada sociedade. Nesse aspecto, poderíamos distinguir algumas dessas dimensões:

Uma delas seria aquela em que o signo é reflexo de uma realidade básica: pode ser a linguagem referencial ou científica, produto do conhecimento burguês.

Em outra, o signo “mascara e perverte uma realidade básica”; como a ideologia que, com a falsa consciência, impede as pessoas de verem sua alienação ou exploração.

Terceira, o signo mascara a ausência de uma realidade básica: os iconoclastas, por exemplo, temiam e desprezavam imagens da divindade, já que as imagens representavam a ausência da própria divindade.

E por fim, quando o signo não tem relação com nenhuma realidade, ele é o seu próprio simulacro puro. Mas, para isso, o signo precisa ser compreendido e ser relacionado com outros, embora alcançando um vazio da realidade, como explica Bahktin: compreender um signo consiste em aproximar o apreendido de outros signos já aprendidos, ou seja, a compreensão é uma resposta a um signo por meio de signos. Essa cadeia de criatividade e de compreensão ideológica desloca-se de referência simbólica para outras referências, passando a ser o elo da natureza do conteúdo para outro elo de natureza estritamente idêntica.

Essa cadeia ideológica estende-se de consciência individual em consciência individual, ligando umas às outras. Desse processo de interação, emergem os indivíduos em sua razão pública, mas a própria consciência individual está repleta de signos que permitem a autocompreensão e a auto-aceitação; é, nesse caso, a materialização do *Lebenswelt* enquanto racionalidade contida em todas as instâncias do próprio “mundo da vida”.

Então, a consciência só se torna ela própria quando está impregnada de conteúdo ideológico, fundada e fundante do processo de interação social. Neste aspecto, poderíamos dizer que a vida contemporânea foi desmontada e reproduzida num escrupuloso fac-símile, como uma reprodução pelo pânico do real ou daquilo que lhe é referencial, ou de objetos e experiências manufaturados que tentam ser mais reais do que a própria realidade ou, nos termos de Baudrillard, “hiper-reais”. É a abolição do real, não pela destruição, senão por meio da sua assunção, da sua elevação à força de modelo; é o modelo absorvendo o real enquanto realidade edificada num mundo virtual.

Cada campo da criatividade, quer seja para a construção ou des-construção, coincide com modelos de dominação, tendo sua existência, na esfera ideológica, diferenças profundas, pois o domínio se dá através da capacidade sugestiva da representação dos símbolos propagados, quer sejam religiosos, seculares, científicos ou os folclóricos circulantes, ou seja, rotineiros na esfera do senso comum, disponibilizando suas próprias funções no conjunto da vida social, orientando e refratando a realidade à sua própria maneira. Uma realidade que se faz presente mesmo que esvaziada de sentido ontogênico, mas, sempre uma realidade ideológica ordenadora das ações habituais.

## RAZÃO E INTERAÇÃO NOS NOSSOS VALORES SIMBÓLICOS

Fruto de sua própria razão histórica, na facticidade do Brasil cotidiano, as representações dos signos que dão suporte às ações, orientadoras do comportamento coletivo, exteriorizadas nas expressões simbólicas, o novo e o velho, o atrasado e o moderno, o ético e o não ético se confundem, enquanto uma unidade de representações lícitas na esfera do poder público. Os fins justificam os meios e a compreensão maquiavélica da *virtù*, enquanto a realização do *dever*, passa a ser uma expressão de valor, apenas, na representação simbólica do *condottiero*. Esta realidade plasma e dá sentido a todos os modelos de organização em nossas instituições.

Seria interessante resgatar, em nossa cultura, alguns elementos gênese que afloram no universo dos sentimentos morais a fim de entender quais os suportes simbólicos que dão sentido aos valores subjetivos, orientadores da práxis. Assim é possível perceber que os valores negativos são, enquanto razão pura, regularmente associados e assimilados como positivos no exercício da razão prática.

Nesse aspecto a comunicação é um entre outros ambientes, *locus* privilegiado para se perceber a aceitação dessa razão que aflora tanto na distinção da arte, e não poderia deixar de ser, uma vez que ela é a síntese dos valores materializados na representação plástica, como no exercício dos discursos que o homem público, normalmente, utiliza para o resgate das suas ações. No *Auto da Compadecida*, Ariano Suassuna (1990) nos oferece uma concepção (utilizando-se da linguagem gramsciana) de forma fantástica e artística, onde se fazem presentes os elementos doutrinários, os quais racionalmente orientados pelas tradições, incorporam-se no homem-massa que se representa plástica e “antropomorficamente” nos símbolos da vontade coletiva. Na obra de Suassuna, o “herói civilizador” não se constitui como porta-voz e agente dos valores positivos, mas, ao contrário, as ações por ele realizadas, consideradas sábias, positivas e obviamente aceitas, só são assim entendidas porque os valores nos quais as práticas estão plasmadas são fundamentalmente negativos: – A falcatrua vence, a mentira convence, o ludibriar edifica. Nesse caso, é possível se conceber que os signos ideológicos são também fragmentos de uma realidade histórica, tendo sua encarnação material na poética da música, da literatura, do cinema e das demais representações plásticas, e assim estão também encarnados nos sentimentos e valores do homem público brasileiro.

O “mundo da vida” do Brasil hodierno, ou a sua própria racionalidade do ideal de social, enquanto razão histórica, assemelha-se a um périplo de tempo passado; ao aparecer, já não se pode dizer que exista, devido ao frenético desejo simulado de produzir representações das massas conferindo-lhes identidades, opiniões e desejos sedimentados na luz consumida. Nossa sociedade, no momento em que se vê diante de um *imperativo categórico*, parece exercitar um desejo contido, no qual a síntese se configura

no processo de sepultamento do social sob uma simulação do próprio social, mesmo que esta na aparência seja publicamente rejeitada ou, enquanto essência, compreendida como negativa. Exemplos bastante claros seria inoportuno aqui analisá-los. Apenas para lembrar, podemos citar expressões-síntese dessa realidade: “Nós abolicionistas, às vezes, parecemos ter saudades da escravatura.” – J. Nabuco. Nabuco, sem dúvidas, percebia que mesmo os abolicionistas após a abolição resgatavam os valores senhoriais ao se relacionarem com os seus trabalhadores subalternos. “Provavelmente somos a única nação do mundo onde a oposição torce para o país dar errado” – D. Neto. Ou seja, o acerto público não encanta a oposição e sim o fracasso porque ele seria o caminho viável para o exercício do poder. E, por fim, a mais trágica das ironias: o governo e seu partido, dito dos trabalhadores, com pretensão socialista, de esquerda ou mesmo progressista, enfim ardorosos defensores, em todas as formas de expressões e de elaborações simbólicas, da superação dos entraves da tradição, com o intuito de ampliar o poder e nele estabelecer a busca da modernidade recorrem ao uso dos mecanismos mais tradicionais da política nacional. Exercitam em sua forma mais esdrúxula práticas tradicionais de poder, como foi o financiamento, através de recursos politicamente espúrios daqueles partidos mais reacionários e representantes das mais perversas tradições e, o que é pior, aglutinadores de políticos publicamente comprometidos com ações moralmente duvidosas e algumas escancaradamente imorais.

**O processo da definição e assimilação de valores é teórico e prático ou prático-teórico, por isso quando as forças sociais subalternas se apropriam da interpretação dialética da “desagregação” social, os impasses subordinados à lógica da auto-estima se aguçam ou se esvai. Por essa razão entram em andamento práticas orientadoras das fantasias do povo, e nisso residem as forças propulsoras da negação ou afirmação do porvir. Nesse caso, quanto mais a realidade do social se esvai, mais aparece a simulação da mesma: – A baixa estima alude à angústia e ela toma dimensão titânica na alma sensível do poeta ou do artista. O *Entzauberung* – como a diria Weber – o desencanto, que o leva à solidão. Nesse desencanto, porém, a plasticidade poética aflora, e assim retoma o encanto – por que não! –, a aceitação que endossa o alentar-se no passado. E, nesse aspecto, encanto e desencanto, que em curtos interstícios de tempo se sucedem em nossa sociedade de forma tão simétrica, consolidam-se historicamente como sendo faces opostas, porém complementares de uma mesma realidade.**

De mais a mais, a guinada lingüística colocou o filosofar sobre uma base metódica mais segura e o libertou das aporias das teorias da consciência. Neste processo configurou-se, além disso, uma compreensão ontológica da linguagem que torna a sua função hermenêutica, enquanto intérprete do mundo, independente em relação aos processos



intramundanos de aprendizagem e que transfigura a evolução dos símbolos lingüísticos inserindo-os num evento poético originário (HABERMAS, 2000, p. 16).

João Cabral de Melo Neto (1970) consegue configurar a compreensão ontológica pela linguagem e a torna meio e função hermenêutica. Na condição de intérprete do mundo da vida, transfigura a evolução dos símbolos, inserindo-os num evento poético originário. Nele a realidade é intrínseca a um passado que permanentemente se faz presente nos “processos intramundanos de aprendizagem e que transfiguram a evolução dos símbolos”. Vejamos:

### **Auto de Natal pernambucano**

O meu nome é Severino,  
 Não tenho outro de pia.  
 Como há muitos Severinos,  
 Que é santo de romaria,  
 Deram então de me chamar  
 Severino de Maria;  
 Como há muitos Severinos  
 Com mães chamadas Maria,  
 Fiquei sendo o da Maria  
 Do finado Zacarias.  
 Mas isso ainda diz pouco:  
 Há muitos na freguesia,  
 Por causa de um coronel  
 Que se chamou Zacarias  
 e que foi o mais antigo  
 senhor desta sesmaria.  
 [...] Com nome de Severino  
 filho de tantas Marias  
 [...] Somos muitos Severinos  
 Iguais em tudo na vida [...]:

João Cabral de Melo Neto  
*Morte e vida Severino*

## ORATÓRIAS SUBJETIVAS, DISTINÇÕES OBJETIVAS NAS SIMBOLOGIAS VIVENCIADAS NOS SEVERINOS

Nesse canto, que Melo Neto (1970) denominou “Auto de Natal pernambucano”, duas representações simbólicas, contidas em nossos sentimentos, afloraram com vigor nesse momento político que recentemente vivenciamos. Se na poesia a estética do belo ou do extraordinário toma consistência, na vida a cruel precisão torna-se quase cartesiana. A primeira, sobre a realidade histórica do homem Severino, o eterno retirante, porém territorializado por signos das *terras* nordestinas. A outra, se dá pela semelhança ao primeiro Severino, de sobrenome Zacarias o qual, sendo a gênese de tantos Severinos, distribuíram-se espacialmente e re-significaram-se enquanto representação histórica; porém, assentados nas velhas tradições, os signos que alimentam as suas existências, parecem ter evoluído apenas enquanto enobrecimento da linguagem contemporânea: Chamam-se Sua Excelência. Não são, naturalmente, filhos descendentes de uma mesma territorialidade, mas se assemelham, em essência, e afloram enquanto símbolos de uma mesma razão histórica, ou seja, a representação-síntese de nossa facticidade, ou configuração subjetiva do nosso ‘mundo da vida’.

Tome-se, por exemplo, a opção encontrada pelos representantes da Câmara Federal, quando elegeram o seu Presidente para o biênio 2005/06. Associar a esse fato a compreensão de que se trata do terceiro maior nível político na representação nacional, pois na ausência do Presidente e do seu Vice, é o Presidente da Câmara dos Deputados quem passa a assumir o cargo de representação máxima da nação, percebem-se as semelhanças dos Severinos. Mas, neste caso, no entanto, exige-se um pouco de cautela para ser entendido. A semelhança que se tenta resgatar diz respeito à complementaridade dialética entre partes diferentes que se combinam numa unidade simbólica da consistente tradição nacional. Um dos Severinos de João Cabral de Melo Neto é filho direto da sociedade civil. Entregue à sua própria sorte e, levado por sua condição subumana, vive a negação de sua cidadania. Desprovido de tudo, tem como signo aquelas representações de crenças que o fazem seguir o leito do Capibaribe para desaguar com ele nos manguezais do Recife e dividir espaço com os caranguejos. Faltam-lhe os direitos mínimos que um indivíduo cidadão deveria ter. Por consciência tem apenas a compreensão de que se “morre de velhice antes dos trinta, de emboscada antes dos vinte, de fome um pouco por dia” e, assim, a sua materialização simbólica do “homem Severino” se faz constituída. Entretanto, aqueles Severinos Zacarias, que deram origem a esses Severinos, e que não são norteados pelo “leito do Capibaribe”, senhores legítimos do poder de mando e também legítimas representações da sociedade política não poderiam, por dever de ofício, em suas dessemelhanças, materializar com tamanha precisão o histórico complemento do todo; para ser mais claro, em suas dessemelhanças serem tão semelhantes. Eles, porém, por consciência

exteriorizada em suas condutas públicas, parecem zombar da simbólica pretensão histórica recitada pelo Estado/Nação; – “deitado eternamente em berço esplêndido ao som do mar e à luz do céu profundo”, constroem, no entanto, nessa razão, um direito individual e encarnam a legitimação do Severino Zacarias. A pretensa construção do símbolo de glórias e de conquista nacional voltada para a construção de direitos de um berço esplêndido, porém público, orientador de comportamentos subjetivos justificadores desses fins, se esvaem num sentimento coletivo de apatia, de aversão e até mesmo de um chiste. O discernimento inverso toma sentido e o indivíduo singular coopta para a individualidade a construção simbólica que originalmente teria sido concebida como indutora de uma razão pública estatal.

Em nosso “mundo da vida” a realidade é encarada como algo inerente a um auto-entendimento coletivo no qual, predominantemente, se encontra alicerçada apenas uma idéia de compaixão ou, em síntese, uma estática “recordação de vergonha”.

No caso, só a autoconsciência dessa realidade levaria a uma redefinição e, nesse aspecto, ela teria de estar assentada na autocompreensão política caracterizada, essencialmente, pelo discernimento da tradição. Só assim poder-se-ia superar essa realidade, o que parece estar ainda longe da auto-reflexão. “O Valor da força inútil e fraca da solidariedade perde-se quando a auto-relação se autonomiza de forma narcisista e quando o monumento é transformado numa recordação de vergonha” (HABERMAS, 2003, p. 65).

Em dois momentos políticos, no Brasil contemporâneo, a sociedade optou de forma clara e, se é possível dizer, também consciente, pelo pior. No primeiro momento, a história já mostrou o erro e exigiu autocrítica, ou seja, o auto-entendimento. Foi naquele trágico momento em que o Brasil se deparava com opções de valores simbólicos positivos e ideologicamente difundidos como: éticos, morais, capacidade comprovada, tradição de engajamento político, democráticos comprovados etc. Refiro-me, no caso, ao processo eleitoral de 1989, no qual, as, então, históricas representações políticas como os Srs. Ulysses Guimarães, Mario Covas, Leonel Brizola, Luiz Inácio Lula da Silva, entre outros, em suas respectivas singularidades, eram difundidos e aceitos no imaginário coletivo nacional como possuidores desses valores. É claro que não está em questão se tais valores, contidos na consciência pública, eram ou não verdadeiramente reais naqueles representantes políticos. É, no entanto, certo que esses valores, compreendidos na esfera pública, eram reais enquanto senso comum e era perceptível a existência dessas convicções em ampla esfera da sociedade civil.

Nesse aspecto, o que está em questão não é a verdade desses valores em sua natureza pura, mas sim a “verdade” construída e fixada no inconsciente coletivo como identidade simbólica. É esse inconsciente que, se assentado em bases de valores públicos positivos, explorados midiaticamente, passa a ser lícito aos partidos políticos modernos, podendo assenhorear-se desses valores historicamente legítimos

enquanto realização do dever ser. No entanto, a coletividade, aglutinada em torno de bens simbólicos, nos quais a nitidez não permitia definição clara, irmanada pelos meios de comunicação de massa e com o endosso das representações políticas e econômicas tradicionais, resolveu optar por uma clivagem de valores assentados em elos politicamente indefinidos, porém claramente tradicionais para tal fim como: juventude, intelectualidade, beleza física, coragem. Tão claros e predominantes eram eles que o vencedor mereceu a classificação “honrosa”, tragicamente irônica do Presidente dos Estados Unidos da América, de “Indiana Jones”, classificação muito bem aceita pelos nossos “Zacarias gêneses”.

Desta forma, mais uma vez é possível se perceber o resgate, numa mesma figuração, da existência de dois signos distintos, a florados em representantes de sociedades diferentes, para darem consistência à representação de um mesmo poder político (signos que resgatam signos: Bahktin). Se, no entanto, um buscava o endosso da distinção no aventureiro, desbravador, moderno argonauta em um absurdo mundo fictício, o outro endossa o poder no aventureiro representante dos valores irracionais do individualismo ontológico. Em ambos os heróis civilizadores, simbolicamente construídos, a apropriação dos sentidos foi provida dos respectivos *Lebenswelt*. Para o Sr. Bush o signo distinguido era o do herói desbravador das terras fictícias que buscava apenas a aventura num mundo que não era o seu. Para o “nós” coletivo, o que se fez “senhor civilizador”, significava, enquanto signo aglutinante da aceitação coletiva, os “valores estéticos” da individualidade heróica.

O segundo momento, bem mais atual, refere-se à eleição para presidente da Câmara dos Deputados, biênio 2005/06, na qual a Sociedade Política, também diante de clarezas ideológicas bem definidas como: direita, centro-direita, esquerda, centro-esquerda, liberais não liberais, as quais são, indiscutivelmente, lícitas a uma democracia moderna, optou pelo indefinido, ou pior, definido entre seus próprios pares, como sendo representante direto do baixo clero. Nesse aspecto vale ressaltar que a expressão baixo clero, resgatada, difundida e bastante utilizada por nossa sociedade política, significa não um valor positivo em si, mas uma desclassificação. Assim, é lícito dizer que foi uma opção negativa consciente. Nesse caso, é indiscutível a compreensão de que tal opção política, enquanto identidade subjetiva que determinou a ação para obtenção de um fim foi orientada por valores desprovidos de qualquer natureza de ética e demais valores públicos, porque a opção estava assentada no discernimento consciente do pior para a esfera pública, e do melhor para os indivíduos representantes do poder legislativo. Nesse caso torna-se absolutamente indispensável lembrar que a orientação do voto foi dada pela elite intelectual e econômica, aglutinada nos partidos PSDB e PFL, que se encontravam na oposição.

Nesse aspecto o segundo momento da opção política apresentou elos culturais bem mais preocupantes que o primeiro. Na eleição presidencial de 1989, o inconsciente coletivo, preso à sua tradição cultural, desprovido de qualquer senso crítico político, estava apto a ser orientado pelas mídias para

atender os interesses tradicionais dominantes. Os valores estéticos inerentes ao belo e a jovialidade, por exemplo, poderiam ser evocados e servirem de lastro a uma opção política, e mesmo sendo esses valores estéticos extremamente duvidosos, poderiam servir de âncora, através da mídia, para aglutinar uma identidade e sintetizar anseios individuais, mesmo que, no caso, a distinção da estética contida no inconsciente coletivo era, de fato, um absurdo. Mas, no segundo momento, não podemos falar de orientação midiática, tampouco da ausência de consciência política, mas sim de uma perfeita e consciente vontade dos interesses privados até então contidos, ainda que desprovidos de valores simbólicos positivos, pois o voto vitorioso foi dado, segundo a própria massa votante, ao símbolo edificado na razão: baixo clero.

Esses dois seres simbolicamente protagonizados nos Severinos e Zacarias, de sobrenome, irmanados numa razão dialeticamente complementar, encontram em clivagens sociais, indubitavelmente distintas, a razão do êxito da tradição sectária. Por isso, Severino busca na pergunta o medo: *“E quando é fundo o perau – por que ao puxão das águas não é melhor se entregar?”* – Zacarias encontra no medo o encanto. *O mar de nossa conversa – precisa ser combatido – sempre de qualquer maneira – por que senão se alastra – e devora a terra inteira”* (MELO NETO, 1970, p. 25).

Projetando a lógica dos símbolos socialmente espalhados como o ambiente que esclarece o estereótipo das ações públicas, a representação do poder político como parte da realidade, estende-se à lógica do simulacro ou hiper-realidade. Na política, os opostos são interdependentes e com um extraordinário poder de eficácia, mesmo que assimétricos; a autoridade depende da subversão, assim como esta daquela. Exemplificando com construções de ícones ainda mais recentemente arquitetados, poderíamos resgatar a tentativa da associação da ética pública como símbolo nato do Partido dos Trabalhadores (PT).

No início da multiplicação dos escândalos mais recentes (2005/2006) na esfera do executivo e legislativo, representantes da sociedade política no poder, ousaram interpretar como obra de extremistas de esquerda, de provocadores de extrema direita ou das elites e, até mesmo, de uma imprensa sensacionalista desejosa de desacreditar a associação da moralidade pública enquanto ícone nato do partido político no poder. Deixou-se de lado a probabilidade real de que a ânsia de poder, subordinada à sua gênese tradicional, difundiu-se com tamanha precisão e uniformidade que o ícone estandarte foi neutralizado por inteiro. O problema fundamental a ser entendido, no caso, não é o modelo de poder nem talvez o medo de perdê-lo, mas os signos que elaboravam os “novos” fundamentos, assentados na modernização conservadora, e que estavam prestes a fenecer nas mãos dos seus próprios arquitetos.

Para melhor poder entender isso enquanto o ‘mundo da vida’ em nossa sociedade e como ele se constrói, é imprescindível o discernimento da razão histórica, pois o sentido dos valores é normalmente objetivado na pretensão de realização dos interesses sociais.

As leis dessa realidade são as leis dos conteúdos simbólicos contidos nas ações comunicativas, diretamente determinados pelo conjunto das leis sociais e econômicas. A realidade ideológica é uma superestrutura situada imediatamente acima da base econômica. E a consciência individual não é o arquiteto dessa superestrutura ideológica, mas, apenas, um habitante do edifício social de signos ideológicos. Assim a vida é inserida numa realidade fabricada na razão histórica onde o indivíduo é apenas um modelo fabricado, simulacro da realidade por um “nós mesmos” modelados. Bastante antecipando a Habermas, Gramsci, em “O Moderno Príncipe”, inicia sua análise alertando que:

O Processo de formação de uma determinada vontade coletiva, para um determinado fim político, é representado não através de disquisições e classificações pedantescas de princípios e critérios de um método de ação, mas como qualidades, traços característicos, deveres, necessidades de uma pessoa concreta, tudo o que faz trabalhar a fantasia artística de quem se quer convencer e dar forma mais concreta às paixões políticas (GRAMSCI, 1968, p. 20).

Nesse mesmo episódio crucial da vida pública o Senador da República nacionalmente identificado como um político associado à moral e à ética, em busca da “pretensão de validade” ou, “dar forma mais concreta às paixões políticas” em seu discurso, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI dos Correios) se dirigindo ao parlamentar Roberto Jefferson, então investigado por diversos crimes, incluindo corrupção ativa, desvio do erário, formação de quadrilha e outras improbidades afirma: “Queria deixar um abraço pela sua competência e manifestar que seu depoimento no Conselho de Ética foi a peça mais bonita que eu vi em toda a minha vida no Congresso Nacional, pelo conteúdo e pelo brilhantismo. O senhor está fazendo um bom serviço”, disse o senador Pedro Simon (PMDB-RS), que até propôs que o mandato do petebista não seja cassado se ele contar tudo o que sabe (PEIXOTO, 2005).

Com o intuito de resgatar a aceitação pública e o endosso do poder político, os valores positivos, como a moral e a ética, que deveriam se encontrar associados à natureza destas representações e orientar o comportamento público, subvertem-se. O imperativo categórico esvai-se de seus sentidos e “a peça mais bonita que eu vi em toda a minha vida no Congresso Nacional, pelo conteúdo e pelo brilhantismo” assume a representação de símbolo positivo, com a finalidade de realizar a aceitação e incorporar a consciência do dever cumprido, tornando-se, no caso, a base de uma laicização completa que se distingue como fundamento da razão e do poder.

Os símbolos tomados como fontes de distinção e aceitação pública foram resgatados a partir da razão histórica, na qual tenta-se romper a unidade baseada na ideologia tradicional sem que, no entanto,

a ruptura venha a orientar a formação de força nova que possa vir a adquirir consciência na nova personalidade histórica, independente e dissociada da tradição.

A ética do Discurso não dá nenhuma orientação conteudística, mas sim um procedimento rico de pressupostos, que deve garantir a imparcialidade da formação do juízo. O Discurso prático é um processo, não para a produção de normas justificadas, mas para o exame da validade de normas consideradas hipoteticamente (HABERMAS, 1980, p.148).

Nossa consciência pública, envolvida nessa realidade, espria-se na encarnação prática desses signos, adquirindo uma consistente forma de existência, a qual, organizada e anelada com os prepotentes interesses do indivíduo singular, integra-se em relações sociais, alimentando o modelo comunicacional e a interação semiótica dos grupos sociais. A imagem, a palavra, o gesto significante, constituem um significado em si, desprovido da objetividade concreta e do discernimento do real. Fora dessa realidade, há apenas o simples ato fisiológico não esclarecido pela consciência, uma vez que ele é desprovido de sentido que a racionalidade moderna poderia lhe conferir. Somos levados a entender que não é uma simples questão de causalidade e muito menos de causalidade mecanicista que une ou vincula a relação entre os valores fundantes da superestrutura. Mas, sim, um complexo sistema de valores psicologicamente construído num equivalente concreto o qual a filosofia denomina de solipsismo, isto é, só as atitudes firmadas no eu individualista e absoluto fundam a consciência, com as suas singularidades subjetivas, e a partir desse eu firma-se toda a realidade e verdade incontestes.

## CONCLUINDO

As linguagens, por serem possuidoras de um complexo sistema de sentimentos ideológicos, respaldam as particularidades do universo social decomposto, assume conteúdo e forma singulares para a exteriorização dos bens simbólicos difundidos pelos meios de comunicação e, como consequência, estes bens passam a ser produtos intangíveis, ou valores que orientarão as sociedades para a realização dos seus interesses.

Formatados nos mais variados modelos de expressão e condutas estabelecidas nas relações sociais, esses bens apresentados como produtos circulantes de valor agregado, tendem a se universalizar, uma vez que estão respaldados em linguagens universais. Os cantos, os ritos, as danças, a crença

e, até mesmo as gôndolas dos supermercados que objetivam o consumo, naturalmente igualam-se em um curso inexorável de afunilamento dos interesses e significados sociais. Ocorre, no entanto, que as adjetivações usuais utilizadas, quer sejam globalização, modernidade ou mesmo pós-modernidade, como alguns já ousam denominar, são mecanismos portadores de lógicas diferenciadas e com especificidades próprias, tanto nas ordens particulares das instâncias que definem os espaços regionalizados como nos interesses universais que tentam, pretensamente, romper com a lógica histórica contida nas condutas singulares dos Estados. Neste caso, é necessário, de imediato, resgatar, evidentemente, alguns fundamentos básicos que distinguem a natureza da cultura brasileira e que estão sendo contestados e claramente redefinidos, incorporando, como conseqüência, novos valores, novos conteúdos e significados, apresentando-se, no caso, como uma aparente contestação da importância dos nossos tradicionais valores. Entretanto, as características de conteúdos mercantis e ideológicos que as sociedades agrupadas em Estados ou em blocos regionais vêm oferecendo a essa lógica, são bastante distintos, e as semelhanças conceituais existentes dependem do grau de desenvolvimento econômico em que cada uma delas se encontra, ou da interação histórica que o Estado-nacional desenvolveu ao longo de seu curso histórico.

Há evidências claras de que a natureza histórica que respalda as condutas dos Estados, como organizadores dos espaços, reguladores das ações sociais e do provimento do bem-estar e, até mesmo, da responsabilidade, pelo monopólio da força, está aceleradamente se redefinindo em direção a um esmaecimento. No entanto, inversamente a esse movimento posto em curso, intensificam-se as responsabilidades e os interesses específicos contidos no universo conceitual de Nação associado à cidadania, o qual passa a orientar o ordenamento das fronteiras de interesses materiais e dos espaços culturais, veiculando a definição e redefinição de papéis, capazes de zelar pelas distinções e identidades regionalizadas. Nesse caso, novas visões de mundo com extraordinária capacidade de ordenamento social, respaldadas em valores ideológicos, reificados em imagens semi-autônomas, estão tomando formas históricas. Daí ser esse o momento em que os agentes propulsores da esfera pública, enquanto engrenagem do processo unificador das identidades, estão sendo colocados em primeiro plano, na função de componentes ativos que permitem estabelecer uma ponte entre as imagens da fantasia expressa nos bens simbólicos e o mercado, que passa a dinamizar esse processo, em muitos aspectos, secundarizando ou mascarando a presença das instâncias políticas.

Assim, se em princípio, aparentemente, teria sido o Estado o indutor de papéis econômicos da lógica globalizante, atualmente é a Nação, enquanto razão histórica incorporadora das novas fronteiras simbólicas, que passa a ser expressão, forma e conteúdo vivo da contemporaneidade, assumindo o papel de elaborar novos sentimentos reificados da esfera pública e das instâncias civis existentes no seio das sociedades modernas.



Observando-se essa tendência universal, sobretudo nos países economicamente mais desenvolvidos, onde o grau de organização das instituições é mais complexo e definido, o poder burocrático administrativo, define-se com mais clareza e, até mesmo, com maior poder de orientação nas condutas políticas. Enquanto que, as demais instâncias civis, dotadas de valores éticos, e ideológicos transparentes e de fronteiras do querer significativamente claras, intensificam as atividades de vigilância. Impondo, assim, ações e comportamentos públicos previamente definidos em convenções sociais, aumentando a pressão para o exercício de uma democracia participativa, genericamente denominada de “ação republicana”, dando respaldo a uma convicção de igualdade assentada na equidade social. Por conseguinte, a exigência do respeito aos interesses públicos assumida, como convicção universal, espraia-se em todo o tecido social.

Entretanto, em sociedades como a nossa, nas quais predomina a lógica dita de capitalismo tardio, a fragilidade e dubiedade no que diz respeito aos recursos de natureza ideológica, assumem uma conotação de valor positivo. Conseqüentemente, a cultura, ainda carente do discernimento em todas as ordens, e sentido de cidadania, fica submissa ao crescente envolvimento das burocracias política e administrativa, as quais, com o pretense intuito de organizar as funções ditas modernas institucionalizam-se como burocracia pública, porém aneladas aos interesses privados, desprovida de caráter ético profissional. Na ausência de uma sociedade civil atuante, orientada por um querer indefinido e de partidos políticos de caráter ideológico igualmente indefinido, essa burocracia tem como uma possibilidade sombria a tendência de se transformar em um poderoso núcleo de poder político privado, no exercício de suas funções.

O modelo de legitimação assentado em símbolos que otimizem a tradicional lógica do individualismo orienta a operacionalidade das organizações fechadas e semi-autônomas, que, normalmente, apresentam seus argumentos envolvidos em linguagem democrática mas, não raro, transformam-se em braço civil e *legítimo* do poder político autoritário, apoiados, geralmente, na associação acrítica dos meios de comunicação. Constrói-se, nessa associação, um extraordinário meio de persuasão social, inclusive porque os próprios meios de comunicação, na condição de sociedade civil de natureza mercantil, legitimam-se apoiados numa lógica a qual, vezes se assemelham a mercado, vezes a partidos sem caráter político definido.

A administração dos meios de comunicação, tanto burocrática, ou seja, seus funcionários assalariados, quanto os seus filósofos, os intelectuais orgânicos que dão condução ideológica e formal a esses empreendimentos, vivem permanentemente em conflito com a objetividade concreta da díade globalização versus modernidade. A lógica globalizante, por vezes, contraria os interesses imediatos do Estado que lhe dá sustentação, esses interesses sendo pautados num equilíbrio precário, entre uma casta

burocrática, senhora de um discurso modernizador, e fortes segmentos da burguesia nacional, voltados para os ícones do passado. Não raro antagonizam a modernidade cuja produção dos bens simbólicos encontra-se identificados com o “novo” ocidental. Assim o político alinha-se aos valores retrógrados do “permanente e do imutável,” uma vez que é através da preservação do tradicional que o poder, em nossa cultura, apresenta-se estável.

É bem verdade que as formas de vida loco-globalizadas produzidas pelos valores inerentes à modernidade, reinterpretem, na ordem social, todas as tipologias tradicionais. As condutas que são regidas pela modernidade são muito mais dinâmicas e representativas com reflexos em grau e extensão na conduta social. Existe, no entanto, um elo formado por bens simbólicos e exteriorizado pela natureza da solidariedade mecânica, como pensava Durkheim, nas relações contidas na ordem social, possibilitando continuidade à existência do tradicional com características aparentes do moderno.

A intensidade com que os valores tradicionais assumem a dinâmica social, definindo as características da solidariedade mecânica entre os fatos sociais, com primazia na ordem social estabelecida, ou, inversamente, a intensidade desses valores ou bens simbólicos regidos pela solidariedade orgânica é que vai distinguir o caráter ocidental ou tradicional dessa modernidade. Em ambas as características existem continuidades entre o tradicional e o moderno. A dinâmica assumida por um ou outro aspecto é que define a intensidade do curso histórico de cada sociedade para se perpetuar na tradicionalidade ou ingressar na modernidade ocidental, nesse último caso, consiste na exacerbação da racionalidade plasmada na calculabilidade. No que diz respeito a esse último aspecto, é indispensável esclarecer, mesmo de forma simplificada, que o entendimento, aqui utilizado, de racionalidade está respaldado nas argumentações teóricas de Max Weber, isto é, aquela ação associada à noção de domínio do saber, resultado da especialização científica e da diferenciação técnica própria às sociedades orientadas pelos valores culturais inerentes à lógica ocidental. Nesse aspecto, seria uma organização de vida com base em técnicas precisas entre os homens, com vistas a uma maior eficiência e rendimento. O exercício da racionalidade seria uma aglutinação de valores orientadores de condutas graças à previsão que a ciência e a técnica asseguram por meio do cálculo das probabilidades e com os quais o homem consegue otimizar as relações exteriores. Habermas, em uma de suas obras, constrói uma excelente síntese do conceito weberiano de modernidade:

Um feixe de processos cumulativos que se reforçam mutuamente: à formação de capital e mobilização de recursos ao desenvolvimento das forças produtivas e ao aumento da produtividade do trabalho, ao estabelecimento de poderes políticos centralizados e à formação de identidades nacionais, à expansão de direitos de participação política,

de formas urbanas de vida e a formação escolar formal, refere-se à secularização de valores e normas (HABERMAS, 1990, p. 14).

No entanto, as sociedades que atualmente ainda se encontram predominantemente adormecidas nas conseqüências de uma cultura predominantemente tradicional, normalmente imbuídas em interiorizar com maior intensidade possível a lógica globalizante imposta pelo exclusivismo das relações mercantis, tendem normalmente a impor um ritmo inconseqüente de interiorização desses valores aos seus cidadãos. Criando e recriando novas “razões” nas relações sociais envoltas com as exigências da desterritorialização, estabelecem blocos de interesses específicos definidos nas novas formas de subordinação das relações tanto dos mercados de bens materiais como, e acima de tudo, nos dos bens simbólicos. Estes:

Em vez de serem representações expressivas de uma substância tida por precedentes a eles, os signos culturais tornam-se agentes ativos em si mesmos, criando novas substâncias, novas formas sociais, novos modos de agir e de pensar, novas atitudes, embaralhando outra vez as cartas do ‘destino’, da ‘natureza’ e da ‘realidade’ social. É nessa margem que a cultura, aparentemente autônoma e apartada por inteiro, gira e se torna uma força social e material, um pote de significação que desacredita todas as reivindicações de bases substantivas fora da representação, descrédito que se aplica a instituições políticas, normas morais, práticas sociais e estruturas econômicas (RYAN apud CONNOR, 1996, p. 182).

O processo de modernidade posto em curso e que se distingue por uma extraordinária dinâmica, impõe mecanismos nas relações sociais inerentes à lógica genericamente chamada de globalização. Essa lógica orienta as transformações institucionais que historicamente tiveram suas origens sedimentadas na cultura ocidental. Por isso, é possível se entender que a modernidade, como forma de realização e redefinição dos espaços, é efetivamente a intensificação da racionalidade, do *modus vivendi* ocidental.

Para entender essa questão, tem-se que considerar as várias características possíveis a serem analiticamente distinguíveis nesse processo. Enquanto formas e discursos específicos de organização das condutas sociais, a modernidade é o amálgama que dá forma à globalização enquanto um processo de desenvolvimento econômico desigual que tanto fragmenta como produz uma aparente homogeneização das formas de pensar e agir. As Ciências Sociais, enquanto forma elaborada da produção do saber e discernimento dos fenômenos historicamente dados, diante dessa nova ordem, exige uma dupla

circularidade: serem revisadas, mas também resgatadas em suas estruturas epistemológicas. Assim, pode-se perceber o duplo movimento dessa nova ordem global que, na medida em que ocidentaliza e universaliza as condutas e discursos sociais, preserva valores distintos em diferentes espaços tanto geográficos como sociopolíticos, nos quais, apesar de globalizados enquanto constituição do moderno, alguns, e, neste caso, os economicamente subdesenvolvidos, resgatam a racionalidade ocidental, mas produzem e sedimentam uma visão de mundo *Weltanschauung* em seu sentido amplo tradicional, na medida em que não só preservam os bens simbólicos tradicionais, como se realizam através deles, identificando-se com valores próprios do passado.

Para um melhor esclarecimento, desse caso, poderíamos citar o relacionamento da comunicação, enquanto empreendimento econômico, e a política na esfera da representação. Percebe-se que o relacionamento das representações midiáticas com as representações partidárias limita-se a uma interação ideológica para viabilizar a dimensão pública do poder político. Apesar de, na linguagem, predominar um discurso que lembra e exterioriza a objetividade concreta da realidade socioeconômica, no uso das imagens e nos símbolos resgatados predominam valores e significados tradicionais, nos quais é o indivíduo, agente da linguagem, o senhor e produtor do fazer. A luta pelo domínio de um Eu visto no espelho mostra, neste caso, cada vez mais relevância. Dá-se isto porque é através desta simbiose que as características históricas e socioeconômicas assumem uma racionalidade extraordinariamente tradicional; no entanto, é através desse amálgama cultural, pautada em interesses mútuos entre poder de persuasão centrado no indivíduo e poder econômico regido pelo mercado, que as sociedades tradicionais assumem suas próprias características.

Dessa maneira a esfera política não constrói suas próprias fronteiras de poder orientado para o exercício das atividades inerente ao núcleo dos interesses públicos. O desenvolvimento dos modernos meios de comunicação, anelados ao Estado, portador virtual do monopólio da construção dos sentimentos, “corações e mentes” da esfera pública, atrai para si o interesse dos políticos, os quais se empenham, através do espelho das mídias, para encontrar os signos da auto-imagem que nunca perderam.

## REFERÊNCIAS

BAKHTIM, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1970.

CONNOR, Steven. **Cultura pós-moderna**. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1996.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel a política e o Estado moderno**. São Paulo: C. Brasileira, 1968.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1980.

\_\_\_\_\_. **O discurso filosófico da modernidade**. Lisboa: Publicação Dom Quixote, 1990.

\_\_\_\_\_. **Era das transições**. São Paulo: Tempo Brasileiro, 2003.

\_\_\_\_\_. **Pensamento pós-metafísico**. São Paulo: Tempo Brasileiro, 2000.

LUKACS, Georg. **História e consciência de classe**. São Paulo: Presença, 1982.

MILLS, C. Wright; GERTH, Hans. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

MELO NETO, João Cabral de. **Auto de natal pernambucano**. Recife: Massangana, 1970.

NAPOLEONI, Cláudio. **Contribuições ao VI capítulo inédito de Marx**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1980.

PEIXOTO, Paulo. Deputado encerra depoimento à CPI com gargalhada. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 02 jul. 2005. Caderno Política.

SUASSUNA, Ariano. **Auto da compadecida**. Recife: Massangana, 1990.